

O PAPEL HISTÓRICO DO INSTITUTO EUVALDO LODI

Celso Carvalho¹

Resumo: O texto trata das políticas de aproximação efetivadas junto às universidades pelo Instituto Euvaldo Lodi, fundado em 1969 pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Ao realizar esse itinerário, procura mostrar como as ações dos empresários e seus interesses junto à educação somente podem ser compreendidos em uma perspectiva de longo prazo, na qual os empresários devem ser analisados a partir de um viés que os compreenda como importantes personagens na constituição do projeto da modernidade.

Abstract: O texto trata das políticas de aproximação efetivadas junto às universidades pelo Instituto Euvaldo Lodi, fundado em 1969 pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Ao realizar esse itinerário procura mostrar como as ações dos empresários e seus interesses junto à educação somente podem ser compreendidos em uma perspectiva de longo prazo, na qual os empresários devem ser analisados a partir de uma perspectiva que os compreenda como importantes personagens na constituição do projeto da modernidade.

Palavras-chaves: História da Educação; Instituto Euvaldo Lodi; relações universidade / empresa projeto de modernidade; relações sociais.

Introdução

AS RELAÇÕES estabelecidas entre os empresários e a educação no Brasil são relações de longa duração, que não podem ser compreendidas como fenômenos isolados ou sujeitas a interesses específicos de um determinado momento, mas

¹ Doutorando em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

sim, devem ser buscadas ao longo da história, à medida que a constituição do sistema educacional é parte importante no processo de amoldamento das relações sociais desenvolvidas e constituídas na sociedade capitalista e, este processo é um movimento contínuo, que sofre a interferência das circunstâncias e das especificidades de cada momento, das necessidades políticas impostas por processos sociais os mais diversos, bem como da necessária acomodação e composição ideológica estabelecida entre os diversos segmentos das elites brasileiras.

Se a família foi uma peça importante para o processo de constituição do sujeito no projeto da modernidade republicana, a escola foi a instituição que melhor representou e encaminhou esse processo. A escola tornou-se uma das garantias para a continuidade e manutenção do projeto republicano. A inserção da burguesia na esfera educacional é parte desse processo e sua participação não decorre apenas e tão somente como uma resposta às necessidades e às condições impostas pelo desenvolvimento econômico ou pela necessidade de formação e especialização da força de trabalho, surge também como condição necessária para a construção de um projeto de sociedade – a modernidade – em que ela é, no princípio, uma das forças políticas atuantes, tendo que defrontar-se nesse trajeto com outras instituições, como a Igreja, disputando espaços e projetos de hegemonia.

Ao procurarmos situar as relações entre os empresários e a educação no contexto de construção de um projeto hegemônico para a modernidade, devemos ter a preocupação de apanhar essas relações como tendencial, em perspectiva, pois tanto o sistema escolar como a constituição do pensamento burguês são elementos de longa duração, não sendo possível apreendê-los em um período específico. Importante também chamar a atenção para o fato de que a constituição da modernidade e sua expressão como um movimento de alcance mundial é marcado por diferentes temporalidades, à medida que esse processo, de mais de 200 anos de história, não percorreu o mesmo itinerário em todos os espaços em que sedimentou-se, da mesma forma que os embates políticos presentes em sua constituição deram-se por meio de diferentes forças sociais ao longo do tempo.

A produção historiográfica sobre a constituição da modernidade no Brasil, notadamente aquela interessada em compreender a constituição dos sistemas escolares, produzida sob o rotulo de história da educação, construiu uma representação em torno do papel desempenhado pelo Estado transformando este no agente central desses processos. Dessa forma, outros agentes sociais de enorme importância para a compreensão histórica, como os empresários, os sindicatos, os partidos políticos, os intelectuais de várias matizes e outros personagens foram parcial ou totalmente negados por essa produção.

A intenção de destacar essa lacuna na produção historiográfica brasileira é porque ela tem sido em vários momentos elemento central para uma compreensão limitada do papel desempenhado pela burguesia na história da educação brasileira. Ao mesmo tempo ela contribui para uma leitura equivocada sobre a recente participação dos *homens de negócio* no debate educacional, notadamente nas últimas duas décadas. Em alguns momentos esta participação é apresentada como uma mera reação às mudanças ocorridas nos processos produtivos recentes e às necessidades de trabalhadores providos de novas habilidades, conhecimentos e qualificação profissional. Portanto, é uma leitura que apresenta os empresários como *novos personagens* do debate educacional.

Em razão disso entendo ser importante discutir o papel dos empresários em uma perspectiva de longo prazo, que procure compreender as ações por eles desencadeadas na defesa de seus interesses como um processo marcado pela estreita vinculação com as ações desenvolvidas pelo Estado.

A proposta deste artigo é analisar a inserção do Instituto Euvaldo Lodi² no processo de constituição da modernidade no Brasil enquanto uma ação desencadeada por um segmento importante da burguesia nacional, que busca por esse meio criar uma nova forma de influenciar os rumos da educação superior no Brasil.

Empresários, estado e educação

O Estado teve um papel importantíssimo hegemônico na constituição e na oferta do ensino primário no Brasil desde seus primórdios na segunda metade do século 20. Entretanto, no que se refere ao 2º grau e ao ensino superior ele sempre foi mais gerente do que constituidor. Ensino médio e ensino superior nunca foram majoritariamente estatais, sendo que seu desenvolvimento sempre foi marcado por interesses os mais diversos. Em razão disso, quando a historiografia brasileira transformou o Estado no agente central do processo de constituição do projeto republicano, incluindo-se neste projeto os sistemas escolares, ela acabou por retirar da esfera de análise os empresários, os trabalhadores, os estudantes e outras forças sociais. Criou-se, assim, uma zona de apagamento, que impede considerar a complexidade que envolve tais processos, os interesses que estão presentes e os diversos atores que se movimentam nessa discussão.

Essa forma de apreender o papel histórico do Estado e da burguesia nacional, notadamente aquela vinculada à indústria, encontra-se presente em análises realizadas ao longo da história sobre as relações constituídas no processo de industrialização do país. A tese de que uma burguesia frágil abriu caminho para a ação do Estado foi construída ao longo dos anos 50 e 60. Entretanto, nos anos 80, novas pesquisas e uma nova abordagem sobre o tema passaram a questionar esse predomínio absoluto do Estado. Bárbara Weistein expõe da seguinte maneira a origem da tese do *Estado de compromisso*:

Essa noção (estado de compromisso) surgiu do trabalho de Francisco Weffort e de outros cientistas sociais brasileiros que argumentavam que o Estado, na suposta ausência de uma "burguesia nacional" hegemônica, ocupou o lugar dessa classe e criou as condições para que o Brasil superasse sua posição de dependência da

² O Instituto Euvaldo Lodi foi formalmente criado em janeiro de 1969, na cidade do Rio de Janeiro, por três entidades – Confederação Nacional da Indústria, presidida por Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, cujo diretor nacional era Ítalo Bologna; e Serviço Social da Indústria, representado pelo presidente do conselho nacional da entidade, Gilberto Mendes de Azevedo. O primeiro diretor geral do IEL foi o empresário Jorge Bhering de Mattos, um dos maiores defensores da parceria indústria – universidade, e um dos representantes da indústria presente no Grupo de trabalho de 1968, encarregado de realizar a reforma universitária. Dessa maneira, a CNI completaria as obras do SENAI e do SESI – instituições inteiramente voltadas à qualificação profissional dos trabalhadores de nível médio- atuando, via IEL, no processo de formação de quadros para as elites e na utilização do potencial das universidades em benefício da indústria. O objetivo era possibilitar as melhores condições para o fortalecimento da indústria nacional e aproximar-se da escola superior visando, especialmente, absorver em maior escala profissionais aptos a responderem às demandas da indústria.

economia global. Dessa perspectiva, é a elite de Estado, supostamente independente de qualquer grupo social específico, que constrói um projeto viável de industrialização e controle social. A pesquisa pioneira de estudiosos como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso na década de 50 e início da década de 1960 constituíram a base para a construção do modelo de *estado de compromisso*. Realizando extensas e sempre esclarecedoras entrevistas com operários e industriais, esses cientistas sociais brasileiros traçaram um perfil das “classes industriais” como aglomerados de indivíduos com pouca consciência ou preocupações com questões ou organizações coletivas e, portanto, incapazes de promover de forma efetiva um projeto revolucionário ou que fosse expressão hegemônica de uma classe. Nada mais “natural”, pois, que o Estado ocupasse o vácuo criado pela incapacidade dessas classes sociais. Esses estudos pioneiros, cujos insights ainda são úteis para os estudantes da história recente do Brasil, padecem das limitações da ciência social, daquele período. Esses estudiosos levaram para a sua pesquisa fortes idéias preconcebidas sobre a consciência normativa e sobre o comportamento dos operários e patrões – prática comum aos cientistas sociais do período (Weinstein, 1999, p. 26-27).

A análise acima aponta para questões importantes, pois questiona uma determinada forma de se compreender as relações sociais no Brasil, notadamente, de se entender o papel histórico desempenhado pelo Estado, pelos empresários, pelos trabalhadores e por outras forças sociais na constituição da modernidade.

As leituras apresentadas pela história da educação brasileira que possuem essa característica, a de estarem fortemente centradas nas ações do Estado como o agente pensante e gestor da educação, retiram de cena os empresários, os estudantes, os intelectuais, a Igreja etc. No caso específico dos empresários, estes nem sempre pautaram suas ações e seus interesses junto à educação como um grupo de pressão, como uma sombra do Estado ou como meros atores coadjuvantes. O papel central que a burguesia historicamente atribuiu às universidades, enquanto espaço fundamental para a formação de quadros e para a reprodução das elites não pode ser menosprezado.

Os empresários têm manifestado interesses os mais diversos ao longo da história em relação à educação. Suas ações podem ser estudadas a partir das instituições por eles criadas, por meio do intenso trabalho ideológico realizado junto aos sindicatos, aos partidos políticos, por meio da criação de fundações, por meio de sua inserção na burocracia estatal etc. O importante é que esse conjunto de ações deve ser compreendido no contexto mais amplo dos movimentos e das tendências que marcaram o desenvolvimento do projeto de construção da hegemonia burguesa, ancorado na modernidade republicana e no capitalismo.

Sendo o capitalismo marcado por um desenvolvimento desigual e combinado, sua inserção e transformação do espaço social segue temporalidades distintas. Dessa forma as relações dos empresários com a educação no último século, embora apartadas no espaço e no tempo e demarcadas por especificidades e regionalidades, carregam consigo os valores e os traços culturais fundantes das relações sociais capitalistas. José de Souza Martins, num diálogo com Henri Lefebvre, expõe dessa forma sua compreensão acerca do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo:

a lei do desenvolvimento desigual tem uma multiplicidade de sentido e aplicações. Na interpretação de Lefebvre, “ela significa que as forças produtivas, as relações

sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico." Lefebvre entende que as desigualdades dos ritmos de desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito. (Martins, 1996, p. 18).

Enquanto ações presentes ao longo do século e separadas por intervalos imensos, as ações educacionais dos empresários não podem ser compreendidas sem levarmos em consideração os valores e os traços culturais expressos ao longo da história pela burguesia. Assim, se nas décadas de 80 e 90 encontramos nas falas dos empresários um discurso que aponta para a racionalização das questões sociais e para a tecnificação da política como instrumentos de controle, ele não se constitui em uma questão nova. Ao discutir o papel desempenhado por Roberto Simonsen na constituição de um pensamento industrial no Brasil na década de 20 centrado, na administração científica do trabalho, Barbara Weinstein destaca as seguintes questões:

Não há dúvida que o controle social era uma das grandes prioridades para Simonsen. Isso é especialmente notável depois da greve geral de 1917, que teve considerável repercussão em Santos e paralisou o trabalho da Companhia Construtora. No relatório de 1918, Simonsen alertava seus leitores para o dilema que os patrões tinham que enfrentar: "O maior problema que têm diante de si os engenheiros e os administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho... Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos, para considerar como uma forma nova, existente de fato, o descontentamento do operário; e proporcionar, com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão desse problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas." A retomada das greves e das manifestações de massa em 1919, poucos meses depois da publicação desse relatório, só podia reforçar as preocupações de Simonsen com a iminente "guerra de classes" no Brasil. (apud Souza, 1981, p. 36).

A tecnificação da política e a tentativa de racionalização das questões sociais fazem de Simonsen um representante dos empresários que entende ser a necessidade do controle social uma imposição ditada, não somente pelos interesses que se dão dentro das fábricas, mas para todo o conjunto da sociedade. Em outra passagem, Weinstein reforça essa questão:

As preocupações mais amplas expressas por Simonsen em dois pronunciamentos públicos em dezembro de 1918, e mesmo no preâmbulo do relatório da companhia daquele ano, indicam que ele já tinha uma visão do taylorismo e da racionalização que ia muito além dos problemas e das relações trabalhistas no âmbito estrito de sua firma... Sua referência à "utilização econômica do trabalho" aponta um tema que irá se tornar o assunto central em seus escritos subseqüentes: o de que o aumento da produtividade é o meio mais seguro de aumentar salários e o padrão de vida dos trabalhadores. Ele então conclama os "industriais de hoje" a "abandonar os modelos antigos", uma recomendação digna de atenção, visto que a indústria em São Paulo, em larga medida, mal completara uma década de existência. Finalmente, seu apelo para que se resolvesse esse problema por "meios econômicos", de modo a evitar as soluções políticas, revela um pressuposto básico do discurso tecnocrático: que as chamadas "questões sociais" deveriam ser solu-

cionadas pela aplicação sistemática de conhecimentos técnicos e não por meio de soluções políticas menos “racionais”. O controle dos trabalhadores era uma preocupação central, mas não o único elemento, no ponto de vista que Simonsen estava desenvolvendo (apud Souza, 1981, p. 36-37).

O controle social por meio da racionalização e da tecnificação da política, defendido por Simonsen nos anos 20, encontra-se atualizado nas diretrizes do Instituto Euvaldo Lodi:

Não foi apenas a inspiração desenvolvimentista que influi na criação do IEL. Havia, sobretudo, uma raiz política. O ano de 1968 ficou marcado pela explosão dos movimentos estudantis em várias partes do mundo. O Brasil não foi exceção. Era o tempo das greves e passeatas estudantis, especialmente contra o autoritarismo do regime militar. Preocupados com esse quadro, os empresários acreditavam que uma das saídas para apaziguar os ânimos e tirar os jovens das ruas era motivá-los a usar sua energia dentro das empresas (IEL, 1999, p. 45).

Seja na década de 20, ou nos anos 60, à medida que a racionalização social pretendida pelos empresários não obtinha os efeitos desejados diante de um quadro de aprofundamento das contradições sociais o recurso à violência do Estado jamais foi descartado. Ao mencionar diferentes concepções presentes entre os empresários na década de 20 quanto aos rumos da industrialização do país e o uso da força como um instrumento de controle social Weinstein situa o pensamento de Simonsen nesse contexto:

Apesar das diferenças, as posições de Pupo Nogueira não eram de forma alguma diametralmente opostas às de Simonsen e de seus seguidores. Nenhum dos industriais em questão descartava o uso da força, na teoria ou na prática, como uma forma de reprimir a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que preconizava a paz social, Simonsen e outros reconheciam que tal “paz” seria conseguida, em alguns casos, pela intervenção da polícia. O que na verdade separava os engenheiros industriais dos seus colegas mais “conservadores” era sua invariável visão otimista das implicações sociais do moderno processo de trabalho e sua ênfase na competência técnica como fonte de autoridade (Weinstein, 1999, p. 41).

No caso do IEL, as referências à necessidade de endurecimento do Estado no processo social são anunciadas de forma indireta:

O projeto de criação do Instituto Euvaldo Lodi foi baseado numa visão desenvolvimentista afinada com a exuberância da economia brasileira no final dos anos 60 e início dos 70. Época em que o país ampliava sua integração geográfica, avançava em setores sofisticados, como o de telecomunicações, e expandia seu mercado interno e externo, produzindo e exportando em ritmo acelerado.

Em razão disso, entendo ser importante buscar compreender as ações que o IEL passa a desenvolver após a sua fundação – a busca por uma maior proximidade entre as universidades e as empresas – não somente como um conjunto de ações centradas apenas nas questões que envolvam o desenvolvimento técnico-científico, isoladas no tempo e no espaço e determinadas por conjunturas específicas, mas sim, como a expressão tendencial de uma determinada forma de agir da burguesia, em que a racionalização dos processos sociais e a transformação do espaço político em questões técnicas constituem-se em um poderoso instrumento para a manutenção da hegemonia burguesa. A eterna busca da burguesia por manter-se hegemonicamente no poder

caracteriza-se, assim, por uma série de ações que tem na atualização dos valores e dos traços culturais fundantes das relações sociais capitalistas seu elemento central.

As relações universidade/empresa

Segundo parcela importante dos empresários, principalmente daqueles vinculados às instituições orgânicas da burguesia – CNI, FIESP, IEL, etc. – as duas últimas décadas foram momentos marcados por um significativo aumento nas expectativas quanto às possibilidades de um melhor relacionamento entre as universidades e as empresas no Brasil. Essa temática já estava presente na agenda há alguns anos embora nunca tenha encontrado condições tão favoráveis como as propiciadas nas duas últimas décadas.

Tem havido por parte dos empresários, principalmente os do setor industrial, e de uma parcela da comunidade acadêmica, principalmente aquela que atua junto às áreas envolvidas com pesquisa aplicada, um significativo esforço no sentido de transmitir para o conjunto da sociedade uma imagem positiva dessa proximidade, afirmando as possibilidades de ganho que essa aproximação pode vir a trazer para empresas e universidades.

Comum a ambas as partes é o discurso de que a *nova ordem mundial*, a *sedimentação universal da economia de mercado*, a *globalização da economia* e as *novas formas de gestão empresarial* criaram uma situação em que a existência das empresas e a capacidade de competição das mesmas no mercado internacional somente podem ser garantidas à medida que seus produtos tenham um enorme valor agregado em termos de tecnologia e de conhecimento.

Nesse contexto, o elemento a diferenciar as empresas e suas mercadorias diante de um capitalismo mundializado, marcado pela competição acirrada e pela crescente inovação tecnológica, seria a capacidade de gerarem e se apropriarem de tecnologias que lhes proporcionariam redução de custos, mobilidade, atendimento a nichos cada vez mais segmentados etc. Dentro dessa perspectiva é comum encontrarmos algumas falas que procuram justificar e argumentar em favor de uma maior aproximação entre as universidades e as empresas tendo como referência as experiências vividas pelos países centrais, que controlam grande parte das patentes mundiais, mas também, experiências vividas pelos países do sudeste asiático, que se especializaram na produção e exportação de mercadorias em que a tecnologia se constitui em parcela preponderante de seu valor agregado.

Aparentemente estaríamos diante de uma situação em que as possibilidades de benefício mútuo seriam o grande elemento a encorajar essa proximidade, rompendo assim com as resistências encontradas para um maior intercâmbio entre o setor empresarial e as universidades.

O IEL foi fundado em 1969 com o objetivo de criar as condições para essa maior proximidade entre as universidades e as empresas. Transcorridos mais de 30 anos de sua fundação o instituto apresenta resultados muito distantes daqueles almejados por seus fundadores. Por um lado continua a ser um aspecto dominante na cultura empresarial brasileira o desinteresse pelo desenvolvimento da pesquisa com recursos próprios. O

IEL não conseguiu mudar essa mentalidade. Por outro lado, as grandes indústrias brasileiras, aquelas que possuem potencial e capital suficiente para o desenvolvimento de pesquisa e de parcerias com as universidades são, em sua grande maioria, empresas transnacionais, que concentram em seus países de origem os recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e que, portanto, não possuem interesse em investir em desenvolvimento tecnológico no país. O que fugiu a essa regra por um certo tempo foi as possibilidades de parcerias entre as universidades e o setor produtivo público. Mas os anos 90 cessaram essa perspectiva. Diante do intenso processo de privatização da economia, como o verificado nos anos últimos anos, é bem provável que as empresas privatizadas, principalmente aquelas que passaram a ter seu capital sob controle internacional, passem também a seguirem os mesmos procedimentos das grandes multinacionais presentes no país, ou seja, investirem e concentrarem a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos em suas matrizes. Temos assim, não somente um quadro em que parcela significativa do setor produtivo tem seu controle remetido para as sedes das empresas no exterior, mas também, uma situação propícia para a diminuição do interesse pela pesquisa pelo setor produtivo recém privatizado.

Entretanto, ao observarmos os documentos produzidos pelo IEL ao longo dos anos 90 encontramos uma leitura diferente dessa análise. A crença absoluta na abertura da economia, nos processos de desregulamentação, na perspectiva de que a globalização crie condições mais favoráveis para o desenvolvimento econômico e que esse conjunto de elementos contribua para uma maior proximidade entre as universidades e as empresas, bem como, que essa realidade modifique a mentalidade do empresário brasileiro quanto à necessidade de investimento em pesquisa é forte no instituto. Numa linha de análise muito superficial o IEL entende os entraves ao aumento das parcerias entre as universidades e as empresas nesse momento como uma questão de desconhecimento mútuo³, como se a reação oferecida pelos sindicatos dos docentes fosse em verdade produto de uma dificuldade de comunicação.

Essa dificuldade em aproximar-se das universidades não é nova. Ela está presente em toda a trajetória do IEL desde sua fundação quando, além dos aspectos práticos ligados à implantação do órgão e de seus núcleos regionais, uma das principais preocupações presentes nos primeiros dirigentes do instituto foi procurar criar as condições políticas para a disseminação junto à academia da *necessidade e das vantagens da interação universidade-empresa* (Cf. IEL, 1998).

Uma das parcerias que mais resultados positivos alcançaram, segundo os dirigentes do IEL no início dos anos 70, foi os Cursos Integrados. Realizado em conjunto com o MEC, o projeto tinha como finalidade treinar estudantes universitários, dos últimos

³ Nos anos 60 e 70 dialogar com a academia não era uma tarefa fácil para quem sempre se mostrou distante do cotidiano da instituição. Boa parte dos empresários entendia a universidade como uma instituição mais interessada em *criar dificuldades políticas ao país do que contribuir no processo de desenvolvimento econômico da nação*. Se, ainda hoje, com todo o poder que as instituições da burguesia possuem e com sua presença marcante nos centros de decisão aliada a um quadro político marcado pela quase ausência de contestação aos rumos seguidos pela educação o diálogo entre a academia e a indústria é muitas vezes difícil, imagine-se há 30 anos, época em que as desconfianças eram acirradas pela situação de fechamento político do país, pela quebra das liberdades democráticas e por um grande engajamento de setores da universidade e do movimento estudantil que caminhava com suas propostas em direção a uma sociedade que a burguesia jamais poderia concordar.

quatro semestres, alternando suas atividades na escola com períodos de trabalho na empresa. Participaram desse projeto alunos dos cursos de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de São Carlos (SP); Engenharia Elétrica da Escola Politécnica de Campina Grande da Universidade Federal da Paraíba; e de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina. Os resultados dos Cursos Integrados foram considerados excelentes pelos seus participantes – os estudantes, porque puderam vivenciar a rotina das empresas; estas, pela oportunidade de usar os laboratórios das universidades para análises, pesquisas e ensaios de materiais. (cf. IEL, 1986).

Quanto aos benefícios para as universidades, o IEL afirma que:

Elas perceberam que seus cursos podiam ser enriquecidos pela experiência que os empresários trouxeram para dentro dos muros acadêmicos. Anos mais tarde essas três universidades, que abriram suas portas para a indústria, tornaram-se referências nacionais e internacionais em campos tecnológicos altamente sofisticados, como informática, novos materiais e química fina. Tais centros estão na raiz de formação do que hoje se conhece como incubadoras de empresas de base tecnológica – espaços de interação entre a empresa e a inteligência universitária – que abastecem o mercado de produtos inovadores e competitivos (IEL, 1986, p. 57).

Essa perspectiva do IEL nos anos 80 não encontra sustentação em uma pesquisa realizada no início dos anos 90 e que tratou das relações entre universidade e empresas em três grandes universidades brasileiras – Unicamp, UFSCar e UnB. Os resultados da pesquisa mostram que não existe um conjunto de informações confiáveis sobre a quantidade de professores envolvidos em projetos ou parcerias com empresas, não há dados precisos sobre os recursos envolvidos e seu direcionamento, não existem normas claras que orientem os projetos, ficando cada pesquisador praticamente livre para estabelecer a forma de cooperação, o tipo de projeto, os recursos envolvidos e a propriedade dos resultados alcançados pela pesquisa (Velho, 1999).

Outro elemento a afirmar o quanto as perspectivas do IEL não condizem com a realidade são os poucos investimentos realizados a partir dos ministérios responsáveis pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil. Não tem sido preocupação central do governo a elaboração de projetos que visem uma maior aproximação entre as universidades e as empresas.

Se a busca por uma maior proximidade entre as universidades e as empresas não tem apresentado os resultados esperados pelo IEL, se essa sequer tem sido uma temática presente com maior interesse e intensidade nos projetos ministeriais, se parte considerável dos empresários brasileiros continuam a demonstrar uma grande aversão ao investimento em ciência e tecnologia, se grande parte dos consórcios entre empresas e universidades caracterizam-se por questões pontuais, poderíamos então afirmar que os objetivos definidos pelos fundadores do IEL em 1969 constituíram-se em uma bela carta de intenções, que pouco ou quase nada contribuiu para os objetivos de transformar a proximidade com as universidades em um instrumento de desenvolvimento do potencial científico e tecnológico do parque industrial brasileiro. Seria o IEL então um grande fracasso?

A resposta a essa questão será afirmativa caso o IEL seja compreendido apenas e tão somente como uma instituição preocupada com o desenvolvimento técnico-científico das indústrias. Mas, se a maior parte da propaganda do IEL caminha na direção

de difundir a importância da proximidade das universidades e das empresas, suas ações, entretanto, são marcadas por uma série bem maior de interesses e eventos. A leitura de uma parte da documentação do IEL produzida ao longo dos últimos anos permite mostrar que a ação do instituto é bem ampla e seus interesses múltiplos.

A formação de quadros orgânicos para a burguesia

O instituto criou ao longo dos anos uma série de programas visando ampliar seu raio de ação. Há programas que tem como objetivo contribuir para o preparo dos empresários na condução de suas empresas tendo em vista as transformações sofridas pela economia nacional nos anos 90. Segundo o IEL os objetivos do programa são os mais amplos possíveis, eles visam inclusive a construção de uma nova cultura empresarial.

O industrial, portanto, sai de sua rotina para ajudar os novos empresários na dura tarefa de consolidar uma empresa. É um dos pontos altos da interação universidade-indústria, pois o programa tenta influir diretamente numa área mais nobre e complexa, a da formação de mentalidades. O público-alvo são os micro e pequenos empresários dando-se preferência, nesta fase inicial, àqueles instalados em incubadoras, parques tecnológicos e empresas juniores. O Conselheiro Máster, instalado em 1996, atua hoje na maioria dos estados brasileiros. O trabalho dos empresários que participam do programa é gratuito e procura firmar, entre nós, a figura do "padrinho": a idéia é que ele adote uma empresa e a assessorie de forma permanente (IEL, 1999, p. 76).

Outro projeto do IEL, denominado *Novos Talento*, atua basicamente junto à estudantes dos cursos de engenharia visando oferecer a esses estudantes a possibilidade de mediante um convênio IEL/CAPES estudarem no exterior. Assim, os melhores estudantes e pesquisadores nos cursos de graduação e pós-graduação em engenharia são recrutados, enviados ao exterior e, posteriormente, aproveitados nos quadros da indústria. Aos *mestrandos e doutorandos* enviados ao exterior é proposto que *direcionem suas pesquisas para a consecução de um trabalho que possa contribuir para a resolução de problemas da indústria*. Segundo o IEL (1999, p. 87):

O que está se propondo é a criação de um sistema permanente de intercâmbio da indústria com a elite científica e tecnológica brasileira para que os pesquisadores possam retornar ao Brasil após a conclusão de seus cursos. Assim, evita-se a perda de talentos para grupos internacionais, fato que vem ocorrendo em ritmo preocupante nos últimos tempos.

Além das ações acima mencionadas. O IEL tem atuado junto às universidades no sentido de introduzir nessas instituições a preocupação com o desenvolvimento e a formação da *cultura do empreendedorismo*. Uma das formas usadas para alcançar esse objetivo tem sido a disseminação, via palestras oferecidas aos estudantes, das enormes vantagens que futuramente poderão obter gerindo seus próprios negócios. Um outro meio de se difundir a cultura do empreendedor é a transformação da mesma em uma disciplina presente na grade curricular dos cursos que possuam maior vínculo com os interesses da indústria. A intenção é que:

o aluno, ao sair da universidade, tenha a opção de abrir uma empresa, em vez de simplesmente pleitear um emprego. Premiar as instituições universitárias que apre-

sentem os melhores programas de empreendedorismo também é uma ação importante do IEL nessa área (IEL, 1999, p. 88).

Por fim, o IEL é também uma grande agência de estágios. O instituto dedica grande parte de seus recursos no intuito de oferecer aos estudantes universitários a possibilidade de estagiarem em empresas. O objetivo do estágio é o de propiciar aos estudantes um contato inicial com o setor produtivo e com as demandas por ele criadas. Mas há também o interesse em tornar esses estudantes multiplicadores de idéias acerca dos *benefícios e vantagens presentes em uma sociedade que estimula a competição e a busca individual de soluções para seus problemas*.

O IEL é sim uma instituição que estabelece relações com a universidade mediante uma série de projetos que se apresentam interessados em ampliar o conhecimento sobre as questões tecnológicas e na busca de soluções para os problemas enfrentados pela indústria nacional. Mas o IEL não tem apenas esses interesses. Ele é um agente disseminador de idéias e valores que são importantes para os empresários. Ele é um instituto que realiza um importante trabalho perante a universidade no sentido de construir o consenso em torno de um modelo de sociedade e de desenvolvimento econômico que interessa aos empresários. Não se trata aqui de apresentar o IEL como uma instituição conspiratória, pelo contrário, o que ele realiza é o trabalho de afirmar e reafirmar o que aparentemente é o óbvio na lógica do capital: a livre iniciativa e o mercado são os instrumentos para a solução dos problemas do país.

Nos últimos 10 anos, o IEL participou ativamente do debate político acerca de qual deveria ser o papel e o tamanho do Estado brasileiro. Suas ações estiveram concentradas junto às demais forças orgânicas da burguesia no sentido de caracterizar o Estado como o grande responsável pela crise econômica. O trabalho de convencimento e de produção de consensos mobilizou todas as forças da burguesia interessadas em uma ampla reforma do Estado, que acabou ocorrendo em grande parte na gestão de FHC.

Os anos 90 foram marcados pela reforma do Estado, pela abertura descontrolada do país ao capital estrangeiro via privatizações – após décadas de uma política de desenvolvimento industrial de forte caráter protecionista – e pela estabilização monetária da economia brasileira após décadas de altas taxas inflacionárias. O aprofundamento da crise do capital levou as empresas a modernizarem suas linhas de produção para sobreviver à feroz competição, interna e externa. Em nome da economia de mercado, a defesa de conceitos como eficiência, qualidade e produtividade marcaram as falas da burguesia. A década foi regida pelo avanço das aquisições e fusões que formaram enormes conglomerados com grande poder sobre o mercado. Muitas empresas brasileiras foram fechadas ou incorporadas a grupos estrangeiros, outras sobreviveram mediante investimentos, principalmente em razão da forte atuação do BNDES, conseguindo assim, um pouco de espaço ao mesmo tempo em que aumentaram sua capacidade de competição. Tais investimentos não se destinaram apenas ao chão da fábrica – aos processos de automação, por exemplo – mas também a novas técnicas gerenciais. Mesmo as empresas mais sólidas, porém, enfrentaram dificuldades durante a instabilidade do mercado financeiro internacional inaugurado pela crise mexicana iniciada em dezembro de 1994 e seguida pelas crises asiática e russa em 1997 e 1998. Diante de um quadro instável e do ataque especulativo das corporações financeiras, a economia brasileira apresenta uma forte dependência de capital de curto prazo, mostrando que o

recente processo de crescimento ocorre em bases muito frágeis. Assim, qualquer perspectiva que apontasse para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, para a recuperação dos níveis de emprego e renda e para a recuperação da capacidade produtiva do país seria pura especulação. Mesmo assim, e não poderia ser diferente, a perspectiva apresentada pelo IEL é extremamente otimista quanto aos rumos do país:

Empresários e analistas internacionais reconhecem o esforço que está sendo feito em sua reestruturação e continuam a acreditar no imenso potencial do país. Prova disso é que o Brasil figura na lista dos cinco key players, potências emergentes dos próximos anos, ao lado da China, Índia, Indonésia e Rússia. Além disso, o país é, segundo dados recentemente publicados, o segundo maior destino do capital produtivo internacional, atrás apenas dos Estados Unidos. Na beirada do milênio o quadro é, portanto, complexo e bastante desafiador. Por isso mesmo também propício à elaboração de soluções criativas, que ajudem a construir a via do futuro e a preparar o Brasil para o crescimento dos próximos anos (IEL, 1999b, p. 88).

A razão para tal otimismo dos empresários continua a ser depositada no binômio educação/competitividade, como se as relações comerciais entre os países fossem determinadas apenas pela competitividade e desprovidas de qualquer outro interesse. A perspectiva do IEL não foge à regra, segundo o instituto:

Uma das premissas básicas desse crescimento está ancorada na educação, campo em que, apesar de todos os obstáculos, houve nos últimos anos um relativo avanço. Hoje, as empresas brasileiras dispõem de uma mão-de-obra mais instruída e melhor preparada. Um resultado que leva em conta também os esforços e treinamentos realizados pelas indústrias e suas associações. Com produtos mais competitivos, o país poderá não só exportar mais, como concorrer com os importados. E assim conviver com taxas de crescimento elevadas, sem que o balanço de pagamentos se desequilibre e provoque uma freada nas atividades econômicas (IEL, 1999b, p. 89).

A aposta no aprofundamento das relações entre o setor produtivo e as universidades continua a ser a tônica da instituição:

São vários os modos de aumentar a competitividade. Reduzir o chamado custo Brasil com certeza é um deles. Mas uma das formas mais perenes está no desenvolvimento da capacitação científica e da inovação tecnológica. Um campo fértil para a colaboração universidade-empresa, espaço por excelência de atuação do IEL ao longo desses 30 anos. Um período em que sua atuação e sua prática amadureceram sensivelmente (IEL, 1999b, p. 90).

A instituição, defensora dos novos padrões de gerenciamento do trabalho, aplica o remédio a si própria, numa autêntica afirmação do caráter único de tais medidas como solução para os problemas da indústria e do país:

O IEL renovou-se, preparando seus funcionários para atuar segundo padrões gerenciais mais eficientes. Os dirigentes reforçaram ainda o conceito de trabalho em equipe e modernizaram a estrutura da instituição, que se tornou mais leve e flexível. A linha de projetos definida para os próximos anos reflete bem essa guinada. São produtos e serviços inovadores, diferenciados e, sobretudo, adequados às atuais exigências das indústrias brasileiras (IEL, 1999b, p. 101).

Por fim afirma seu papel de *inovador*, apesar do *romantismo* inicial, e reafirma sua plena convicção nos rumos da economia brasileira:

A trajetória do IEL mostra que seus fundadores indicaram rumos que ainda agora são trilhados. Como autênticos pioneiros, eles apostaram na aliança entre a elite acadêmica e as lideranças empresariais, antevendo o conteúdo cada vez mais científico do fator tecnológico na criação de produtos e serviços. Havia – como a experiência mostra hoje – uma visão algo romantizada no tipo de articulação sonhada por eles, quando escreveram o estatuto do IEL. Mas seu grande mérito foi armar e concretizar um projeto que, apesar de todos os solavancos de 30 anos de estrada, continua vivo e forte. Pronto para enveredar pela próxima década, combinando inteligência, criatividade e trabalho duro, ao lado da indústria e ao lado do país (IEL, 1999b, p. 108).

Da mesma forma que apresentamos no início desse trabalho a necessidade de se buscar a compreensão das ações dos empresários junto à educação a partir de uma perspectiva de análise histórica que não esteja determinada pelas ações do Estado, de procurar compreender as ações dos empresários como elementos de longa duração, marcadas por tendências que podem ou não serem encontradas nos seguimentos mais diversos da burguesia, há a preocupação de procurar entender o IEL como uma instituição orgânica dos empresários e, nesse sentido, imbuída de práticas e intenções que necessariamente não aparecem em seus documentos, ou então, estão presentes de formas as mais diversas, pulverizadas em pequenas ações, ou mesmo, entendidas como práticas comuns do cotidiano. Nessa perspectiva a análise do papel histórico do IEL ganha uma nova dimensão. Ela procura compreender o IEL como uma instituição cuja maior preocupação seja o de pensar políticas e ações a serem defendidas e implantadas objetivando a defesa não somente dos interesses imediatos dos empresários, como a questão da apropriação de conhecimento por exemplo, mas sim, enquanto um instituto que defende um modelo específico de universidade que atenda aos interesses do capital da forma mais ampla possível, que faça do empreendedorismo elemento presente na cultura universitária, que não somente defenda mas, principalmente, faça a difusão os valores da livre iniciativa e do mercado entre os estudantes universitário, que incentive a criação pelas universidades de fundações prestadoras de serviços ao setor privado, a partir das quais a estrutura das universidades públicas são postas a serviço dos interesses privados etc.

Entender as das ações do IEL pode ajudar a compreender o instituto como elemento importante no processo de construção e difusão dos ideais defendidos pelos empresários brasileiros nas últimas três décadas. Pode ajudar a compreender as ações desenvolvidas pelo IEL ao longo de seus 30 anos de existência como uma busca orientada e definida a partir de uma perspectiva de política educacional cujo objetivo é fazer da aproximação com as universidades um terreno que possibilite transformá-las em instituições parceiras da CNI e das federações estaduais da indústria no desenvolvimento de projetos que atendam aos interesses dessas instituições e que, como decorrência dessa ação, as universidades, notadamente as públicas, encontrariam nessa parceria um instrumento para a resolução de seus problemas de financiamento. Com isso as IES públicas estariam sofrendo uma pressão no sentido de redefinir sua forma de ação e gestão “que associa ensino e pesquisa (e extensão), e a adoção de diretrizes e propostas que conduziram à máxima diferenciação institucional das quase 1000 instituições de ensino superior existentes no país, 80% das quais privadas, e a uma distinção, há muitos anos defendida, entre universidade de pesquisa (centros de excelência) e universidades (ou instituições isoladas) de ensino” (Silva Júnior; Sguissard, 1998).

As três questões acima mencionadas, a parceria entre universidade e empresa, a busca pela universidade de novas formas de financiamento e, como consequência direta das questões anteriores, a redefinição de suas ações e de sua gestão foi detectada por Sylvia Velho em sua pesquisa no início dos anos 90. Segundo a autora:

O interesse das indústrias na pesquisa acadêmica está se intensificando, na razão direta da dependência dos produtos e serviços de novos conhecimentos científicos fundamentais que as tornem competitivas num mercado altamente dinâmico. O interesse das universidades, por sua vez, repousa na necessidade de identificar novas fontes de financiamento para suas atividades de pesquisa, diante da redução da capacidade do Estado em garantir, sozinho, os custos crescentes destas atividades (Velho, 1996, p. 1-2).

Não escapa à autora que essa aproximação implica na possibilidade de a universidade, ao ser regida a partir de interesses de grupos privados específicos, sofrer alterações na organização da pesquisa acadêmica e em suas funções tradicionais à medida que o mercado pode passar a ser o agente definidor do que se deve conhecer e de como conhecer. Outra questão importante revelada pela pesquisa é que nas três instituições mencionadas a resistência à aproximação da universidade com a empresa não estaria mais solidificada na área de humanas e sociais, como se poderia pensar de antemão. Os dados mostram que o que ocorre são “diferentes interpretações sobre a forma como ela deve ser implantada e administrada” (Velho, 1996, p. 145). Sendo que tais interpretações estão sujeitas ao papel que cada professor tem das funções da universidade não se constituindo, assim, numa postura que deriva do fato de pertencer a uma determinada área acadêmica.

Outra questão importante na busca de se compreender o papel histórico desempenhado pelo IEL é o de encontrar elementos que possibilitem a identificação do modelo de universidade defendido pela instituição. A partir dessa identificação seria possível estabelecer uma comparação entre o modelo do IEL e aquele que vem sendo defendido nos projetos de reforma do ensino superior na gestão FHC, cuja característica marcante é a transformação das universidades federais, mas não somente delas, em instituições públicas não estatais, retirando do Estado a obrigação constitucional de financiar o ensino superior público. Seriam essas universidades transformadas em grandes agências prestadoras de serviços para o mercado, que passaria a direcionar a produção das mesmas, bem como seu gerenciamento e suas políticas de expansão. Como uma universidade voltada para os interesses do mercado, sempre imediatos, poderia realizar pesquisas cujos resultados somente trariam fruto anos depois? Teriam os empresários interesse em uma universidade com essas características?

Uma última questão. O IEL, ao longo de sua história, tem reforçado a idéia da necessidade de uma maior participação dos empresários nos rumos a serem seguidos pela universidade pública. Fez isso no passado se valendo, entre outras coisas, da determinação presente na Lei 5.540/68, a Lei da Reforma Universitária, que obrigava as instituições públicas a incluírem nos seus colegiados superiores representantes das *classes produtoras*, no caso das federais tal determinação garantia aos empresários uma cota de um terço dos membros. Segundo Cunha (1989, p. 46), “a inclusão dos representantes da comunidade (empresarial) nos colegiados superiores das universidades públicas, claramente inspirada nos padrões norte-americanos, teria a finalidade de difundir a lógica do capital no interior das instituições, desde a cúpula até a base”.

O IEL pode estar contribuindo para que a cultura empresarial encontre espaço nas universidades sem a necessidade da presença dos empresários em sua gestão, ou mais ainda, sem a necessidade dos recursos desses empresários. Nesse sentido o instituto pode estar realizando um trabalho de largo prazo, cujo objetivo maior seja o de transformar o espaço universitário receptível à cultura empresarial. Caso isso seja verdadeiro estaria assim contribuindo enormemente para a materialização do eterno processo de amoldamento das relações sociais a partir dos interesses da burguesia. Estaria assim contribuindo para a racionalização das questões sociais e para a tecnificação do discurso político.

REFERÊNCIAS

- BELUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAMPOS MARTINS, C. B. **A empresa cultural no Brasil: um estudo de caso sobre o ensino superior privatizado**. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, C. **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã: 1996.
- _____. (coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários. In: REUNIÃO DE PRESIDENTES DE ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAS IBERO-AMERICANAS, 6, 1993.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO- FIESP. **Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno**. São Paulo: Cultura, 1990.
- INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL. **A empresa hoje: três enfoques sobre treinamento e formação na empresa moderna**. Rio de Janeiro: IEL, 1981a.
- _____. **Seminário Internacional sobre renovação da empresa**. Porto Alegre: IEL, 1982.
- _____. **Formação profissional**. Rio de Janeiro: IEL, 1984.
- _____. **Automação**. Rio de Janeiro: IEL, 1985a.
- _____. **A educação na constituinte**. Rio de Janeiro: IEL, 1985 b.
- _____. **Propostas para um novo estágio supervisionado**. Rio de Janeiro: IEL, 1985c.
- _____. **O pacto social**. Rio de Janeiro: IEL, 1985d.
- _____. **Uma nova política para a educação superior**. Rio de Janeiro: IEL, 1986a.
- _____. **Extensão universitária: uma proposta renovadora**. Rio de Janeiro: IEL, 1986b.
- _____. **Interação universidade empresa**. Rio de Janeiro: IEL, 1988.
- _____. **Psicologia Industrial**. Rio de Janeiro: IEL, 1994.
- _____. **Ponto de partida: propostas de mudanças para o sistema CNI**. Rio de Janeiro: IEL, 1996.
- _____. **Relatório anual de atividades**. Rio de Janeiro: IEL, 1997.

- _____. **30 anos de parceria universidade-indústria: 1969-1999**. Brasília: IEL, 1999a.
- _____. **Plano estratégico: 1999- 2010**. Brasília: IEL, 1999b.
- MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOTOYAMA, S. **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994
- _____. **Educação técnica e tecnológica em questão. 25 anos do CEETEPS. História vivida**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- OLIVEIRA, F. Prefácio. In: LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.
- _____. **Collor: a falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. 2001. **Novas faces da educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Cortez / USF-IFAN.
- SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira por meio das leis 5.540/68 e 5692/71. In **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- _____. **Ensino público e algumas falas sobre a universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____ et al. **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados / HISTEDBR, 1998.
- _____ et al. **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados / HISTEDBR, 1999.
- SOUZA, M. I. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1988.
- WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez / USF, 1999.
- VELHO S. **Relações universidade-empresa: desvelando mitos**. Campinas: Autores Associados, 1996.